

ESTRUTURAS CONCEITUAIS E IDEOLOGIAS

À Sociologia cabe questionar sobre a evidência dos pressupostos e presta, nesse sentido, inestimável auxílio. Mas não havendo verdades sociologicamente determinadas, já que a verdade só pode ser associada aos frutos dos elementos primitivos de um sistema, obtidos por encadeamentos lógicos postulados como permissíveis, e independentes de quem os efetua, não pode existir a Sociologia do Conhecimento, pelo menos tal como concebe Mannheim.

Artigo original publicado na Revista "Sociologia", agosto de 1957

Escola de Sociologia e Política de São Paulo

**Leônidas
Hegenberg**

Leônidas Hegenberg, falecido recentemente, em novembro de 2012, destacou-se pela sua atividade no campo da Filosofia, tendo sido um grande promotor dos estudos no campo da Lógica e da Filosofia da Ciência. É uma honra poderemos transcrever neste número da Revista Criacionista dois de seus artigos que têm a ver com a Lógica em torno da controvérsia entre Criacionismo e Evolucionismo, ambos abordando aspectos da chamada "Sociologia do Conhecimento".

A RAZÃO NA CIÊNCIA E A SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO

Entendemos por realidade aquilo que não colocamos, aquilo com que topamos, isto é, o dado. Viver será, então, estar na circunstância e interpretá-la. Sobre a realidade autêntica e primeira, enigmática, se esboça um plano construído pelos homens e essa interpretação transforma a circunstância em mundo. O homem transforma o dado mediante seu pensar a respeito. Viver já exige essa interpretação, e estar na circunstância bem como interpretá-la são duas dimensões da vida. A segunda dimensão altera a primeira dando forma ao caos da circunstância atingindo-se um mundo construído pela nossa resposta: solução intelectual aos problemas que a circunstância propõe. E os homens vivem já dentro de certas convicções radicais, vivem em certa interpretação ⁽¹⁾.

É claro que, para efetuar um trabalho interpretativo, se supõe de antemão que atrás da aparente ilogicidade das coisas existe uma pré-coisa, acessível aos homens, o seu ser. Mas esse ser não consiste senão em uma resposta do próprio homem às perguntas que formula a respeito do problemático dado e não está presente no dado. De modo que o trabalho de racionalização, de interpretação, não pode apoiar-se em uma razão *a priori*, violentadora da realidade, mas deve

constituir-se, *a posteriori*, partindo do dado, fiel ao que neles a razão possa ver ⁽²⁾. Bem poderia ser identificado com o entendimento, *nous*, em oposição à razão, *logos*, já que no primeiro se parte do dado enquanto que a segunda apoia-se em si mesma, impondo aí sua estrutura ao real. Precisando melhor: a inteligência poderia ser concebida por seu aproximar-se do real, por seu "ver nas coisas" (*nous*) e a razão (*logos*) por seu relacionar o visto no real; *logos* (de *legein*, "dizer") seria a expressão do apreendido pelo *nous* ⁽³⁾. Da atividade conjugada do entendimento e da razão nasce a possibilidade de racionalizar a vida, *de per se* irracional. É à Ciência que cabe esse papel. Parafraseando Carnellutti, o mundo seria esfera mergulhada, no caos; e à medida que aumenta a esfera racionalizada, aumenta simultaneamente a superfície de contato com o irracional. O que explica, também, a constante mudança das teorias científicas, destinadas a envolver as partes já abarcadas de racionalidade e, ao mesmo tempo, evitar novas zonas de irracionalidade surgidas no desenvolvimento delas. À medida que a Ciência se aperfeiçoa, seus instrumentos e sua forma evoluem, entretanto, há um confuso sentimento de que nas várias formas devem aparecer uns traços constantes, nor-

mas de pensamento que possam definir a razão. A pretensão, tão simples, na aparência, a História se encarregou de mostrar que é vã. Ela nasceu quando, depois de Kant, se confundiram *nous* e *logos*, caindo a tônica da confusão na *ratio*, invertendo-se a ordem natural que deve acentuar a primazia do entendimento sobre a razão. Compreendendo-se o pensar como um método que efetue o necessário ajuste intelectual do homem como o contorno ⁽⁴⁾, deve-se isolar dele o pensar lógico, o *logos*, com o qual inauguraram os gregos, na história do pensamento, a noção de delimitação, de precisão, de análise dos conceitos. Esse pensar lógico, o conhecer, utiliza como instrumento a lógica. Frise-se, em parênteses, que todo conhecer é pensar, mas que nem todo pensar é conhecer. Este indaga do ser das coisas por meio da lógica; conhecer; também não é lógica, mas aquilo que por seu intermédio se obtém. O pensamento, a inteligência, é inato; o que é próprio dos homens é a necessidade de pensar porque se defrontam sempre com alguma dúvida ⁽⁵⁾, mas os métodos de pensar (diversos mas não inatos) resultam do esforço que o homem realiza para sair do “enigmático poço em que caiu ao nascer”. Sendo muito diferentes os vários níveis de problematidade com que se defrontam os homens, claro deve ser que os métodos de pensar se diferenciem também. Orar é uma forma de pensamento bem distinta do *logos* de um raciocinador. O pensar lógico, o único a conduzir ao conhecimento, tem no seu uso científico o aspecto mais orto-

doxo. A ponto de ter dito já que todo o domínio do conhecimento pertence à Ciência ⁽⁶⁾: não há problema cognoscitivo fora da Ciência; não quer isso dizer que não haja *problemas* fora da Ciência, mas que fora dela não há problemas *cognoscitivos*. E como conhece a Ciência? A Ciência é sistematizada numa estrutura que, partindo de um conjunto de definições e postulados e usando regras de formação e transformação previamente aceitas (leis lógicas), atinge um outro conjunto de proposições (teoremas inter-relacionados). Ao lado dos dados, operações, também estariam, sob influências recíprocas, as fontes culturais. Desse modo se construiriam os sistemas científicos que, juntamente com os pressupostos básicos, poderiam ser esquematizados assim:

I - META-SISTEMAS

compostos de pressuposições filosóficas e premissas dos próprios sistemas

II - SISTEMAS CIENTÍFICOS

com as definições (que circunscrevem um domínio de atividade intelectual); os postulados (a marcar o que é de relevo aceitar dentro do domínio); os dados; as atividades operacionais (de observação medida); e com os frutos obtidos, as leis, teorias, etc. ⁽⁷⁾

Em I é fundamental o papel desempenhado pelo *nous*; em II de uma ação combinada se passa, em seguida, para a atividade em que predomina essencialmente o *logos*. O pensamento lógico indaga, nas críticas que a Ciência faz aos seus fundamen-

tos, necessárias e inevitáveis, a respeito da evidência dos pressupostos. Isto é, o pensar parte de um pré-pensar, de uma crença, de um suposto. Essa crença é, em geral, o meio ambiente quem a fornece. Sobre isso a Sociologia muito tem a pesquisar e dizer, no sentido de melhor compreensão dessa abstração (o pensar) das diversas formas históricas por que se tem manifestado. O que, entretanto, não autoriza falar em uma “Sociologia do Conhecimento” ⁽⁸⁾. Porque a razão se move no âmbito da verdade e a verdade, no conhecimento, na Ciência, ou é colocada (como dado, nas premissas) ou é obtida (como resultado de uma atividade do *logos*). Se colocada, dada, a partir de uma evidência, fruto de uma visão do real (perfeitamente enganosa, quantas vezes) é assunto sociológico. Mas se fruto de uma concatenação lógica entre os pressupostos e os resultados deles obtidos para atingir novos resultados, então não. Acentue-se que os axiomas e postulados não têm uma verdade intrínseca ⁽⁹⁾, não são nem verdadeiros nem falsos, apenas convenientes; são as consequências de tais elementos primitivos que são suscetíveis da verdade. Os postulados (pelo menos nos casos mais frequentes) devem ser “evidentes”, mas concebendo o verdadeiro como “certa retidão do pensamento esquemático, em oposição ao real” - que envolveu sempre um horizonte de indeterminações, à certeza só pode conduzir uma atividade predominante efetuada pelo *logos*. Assim, se a evidência é um momento operacional do conhecimento, a certeza, no dizer

de Granger ⁽¹⁰⁾, é seu termo final. O verdadeiro de que se fala é o dos elementos abstratos de um determinado sistema e não o de uma “verdade existencial”, de realidades concretas. Pois uma definição de verdade como “*adequatio rei et intellectos*” pressupõe como dados e determinados um modelo e sua imagem, o que não sucede, pois o objeto tem a sua realidade atualizada pela imagem, o objeto é tributário da imagem.

Em outros termos: a partir de certas suposições e de certas leis admitidas como válidas, mediante atividade lógica, se chega a certos resultados que podem ser verdadeiros. Nesse caso, o absurdo (o que é desprovido de sentido) seria aquilo que violasse as regras estabelecidas nos sistemas em que se concebeu a dicotomia verdadeiro-falso. O absurdo impede juízos e delimita a aplicabilidade do sistema. Não parece que a lógica pudesse ser capaz de reproduzir o movimento da Ciência de modo a se desenvolver em sistemas cada vez mais amplos que reduzissem indefinidamente o absurdo. Ao contrário, a regulamentação da lógica consistiria na instituição rigorosa do absurdo ⁽¹¹⁾. O objetivo da lógica não consistiria em provar a evidência de uma proposição nem excluir outras porque menos simpáticas; seu objetivo seria o de precisar os antecedentes e os modos, válidos de inferência para examinar o sistema resultante. Se o sistema levar à existência de proposições indecisas, de absurdos que o limitem, nenhum sério inconveniente nisso. Se o sistema resultar impróprio para determinado fim, deverá ser escolhido outro.



O raciocínio lógico é uma das maiores, senão a maior, das características da mente humana desde os seus primórdios. Graças a ele, tornamo-nos capazes de resolver problemas complexos, analisando possibilidades e eventos de maneira matemática. Há, no entanto problemas, situações e imagens que parecem atentar contra nossa capacidade intelectual lógica, apresentando contradições muitas vezes impossíveis de serem racionalmente analisadas. A imagem acima constitui um exemplo ilustrativo!

E assim como se construíram diversas geometrias, várias mecânicas, também se poderão erigir diferentes lógicas. Nenhuma será mais verdadeira que outra; serão apenas diversas, cada uma conduzirá a um conhecimento dentro do domínio circunscrito pelas definições iniciais.

A lógica teria, assim, três partes: uma sintaxe, preocupada com as relações entre os símbolos; uma semântica, dedicada ao exame das relações entre símbolos e significados dos símbolos; estas duas partes no nível do conhecimento; e, enfim, uma pragmática, interessada nas relações entre símbolos, suas significações e os homens que os empregam; esta, no nível do *nous*, objeto de exame sociológico.

Em suma: viver é estar na circunstância e interpretá-la. Para

tanto o homem pensa. Há vários modos de pensar (orar é uma forma de pensamento). Apenas algumas, porém, levam ao conhecimento e mereceriam o nome de pensar racional. O pensar racional tem seu arquétipo na Ciência. A razão funciona, nas Ciências, como um *nous* nas premissas básicas, e como o *logos* na obtenção do que se pode chamar verdade. Aquela parte inicial (relacionada com a pragmática), pelas relações que pretenda ter com o real, envolta em crenças, é assunto para exame sociológico. Esta parte conducente à verdade, orientada pelo *logos*, independe da Sociologia. Não tem sentido, pois, uma Sociologia do Conhecimento. À Sociologia cabe questionar sobre a evidência dos pressupostos e presta, nesse sentido, inestimável auxílio. Mas não havendo verdades sociolo-

gicamente determinadas, já que a verdade só pode ser associada aos frutos dos elementos primitivos de um sistema, obtidos por encadeamentos lógicos postulados como permissíveis, e independentes de quem os efetua, não pode existir a Sociologia do Conhecimento, pelo menos tal como concebe Mannheim.


A existência de inúmeras verdades não está ligada à existência de vários modos de pensar (o que daria a razão de se estabelecer uma Sociologia do Conhecimento) mas simplesmente ao fato de existirem diversas maneiras de inferência. E, de fato, é parte essencial da metodologia moderna negar que se possa falar em leis “eternas e imutáveis, veras e definitivas”, o que é definitivo no atual modo de ver não é a formulação das leis mas o critério para formulá-las ⁽¹²⁾. E a lógica seria, então, uma “teoria da estrutura interna de um sistema de proposições.” Não tem sentido a objeção comum de que de nada valeria construir tantas lógicas já que o mundo objetivo só pode obedecer a uma; pois a existência de um mundo em si e a sua obediência a uma lógica e não a

outra é de caráter inverificável: é despida de significado a pretensão de que os sistemas cognoscitivos devam submeter-se a uma lógica única ⁽¹³⁾. O que de fato importa é que venha, em cada sistema cognoscitivo, expressa bem claramente a lógica de que se serve. Esta lógica, uma vez fixada, será a constante do pensamento, atendendo àquela sensação de que devia haver normas fixas do pensar que pudessem traduzir o significado da razão e que os gregos ensaiaram numa codificação chamada, lógica normal ⁽¹⁴⁾. Note-se que a constante se atém ao *logos*, sendo variável a parte da razão correspondente ao *nous*. Esta parte variável se assenta numa “Weltanschauung” e determinará, em princípio, se a mecânica é newtoniana ou quântica, se a lógica é aristotélica ou não, se a geometria é euclidiana ou riemanniana, se a matemática é intuicionista ou formalista. Mas ela sozinha não permite falar em verdade ou conhecimento. Somente depois de a escolha feita (de acordo com influências sociais, muitas vezes) é que se poderá atingir, com o *logos*, a verdade ou o conhecimento.

Esclarece-se, pelo visto, o uso da razão na Ciência, salientada a posição mais importante do *nous* no pensar e do *logos* no conhecimento, interessados, ambos, (isto é, a razão) na interpretação da vida. 🌐

REFERÊNCIAS


1. Ortega y Gasset, “*En torno a Galileu*”.
2. M. Granell, “*Logica*” - IV parte, cap. 1.
3. M. Granell “*Logica*” - I parte, cap. 3.
4. M. Granell. “*Logica*” - IV parte, cap. 2.
5. Ortega y Gasset, “*Apuntos sobre el pensamiento*”.
6. N. Abbognano, “*Il problema filosofico della scienza*”.
7. J. Kantor, “*Logic of modern science*”.
8. L. Hegenberg, “*Duas posições em face da Sociologia do Conhecimento, em Sociologia*,” XIX, N.º 1.
9. G. Granger, “*Boletins da F. F. C. L. da U. S. P.*” n.º 88.
10. G. Granger “*Boletins da F. F. C. L. da U. S. P.*” n.º 88.
11. G. Granger, “*Boletins da F. F. C. L. da U. S. P.*” n.º 88.
12. E. Persico, “*Analisi del determinismo fisico*”.
13. L. Geymonat, “*La crisi della logica formale*”.
14. G. Granger, “*La Raison*”.



CRIACIONISMO BÍBLICO

Súmula dos Principais Fundamentos Teológicos e Científicos

Jônatas E. M. Machado



Este livro constitui um memorável resumo das características essenciais das duas estruturas conceituais excludentes que modernamente são apresentadas para a explicação do mundo em que vivemos – o Criacionismo e o Evolucionismo.

Não se trata de um conflito entre Ciência e Religião, como muito bem esclarece o Autor, mas sim entre pressupostos aceitos liminarmente para a interpretação dos fatos que a atividade científica nos traz à consideração.